aniversário de sua fundação, os nossos mais efusivos cumprimentos e calorosas congratulações, formulando os mais sinceros votos para que continue a palmilhar a elogiável linha de conduta que se dispôs seguir, dando a Curitiba e ao Paraná, um exemplo edificante de bom jornalismo, para maior glória da imprensa paranaense.

É por este motivo, sr. Presidente, que assomo à tribuna para requerer a V. Excia. que, depois de ouvido o plenário, se consigne na ata de nossos trabalhos um voto de louvor, de regozijo e de congratulações pela passagem do primeiro aniversário do "Correio do Paraná".

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a Ata. Não havendo mais quem queira discutí-la, declaro-a aprovada com as observações feitas pelo sr. deputado Nicanor Vasconcelos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

OFÍCIOS:

— do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná, solicitando desta Assembléa Legislativa, interferência junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no sentido de, que seja criada e convocada uma Comissão Peritória Nacional, de banqueiros e Bancários, para tratar do Contrato Coletivo de Trabalho. — Ao conhecimento da Casa.

— do sr. Presidente da Federação Espírita do Paraná, agradecendo a este Poder Legislativo o precioso donativo de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), concedido ao Albergue Noturno — órgão de assistência social da Federação Espírita do Paraná — consubstanciado no cheque n.º 6.607, a cargo do Banco Brasileiro de Descontos S.A. — Ciente.

COMUNICAÇÕES:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, como líder da bancada da União Democrática Nacional indica, para membros das Comissões Permanentes da Casa, os seguintes srs. Deputados:

Comissão de Finanças: João Vargas de Oliveira — Suplente: Haroldo Péres.

Comissão de Constituição e Justiça: Haroldo Leon Péres, Suplente — João Vargas de Oliveira.

Comissão de Orçamento: Haroldo Leon Péres, Suplente: João Vargas de Oliveira.

Comissão de Tomada de Contas: João Vargas de Oliveira, Suplente: Haroldo Leon Péres.

Comissão de Redação: Haroldo Leon Péres, Suplente, João Vargas de Oliveira.

Comissão de Saúde Pública: João Vargas de Oliveira, Suplente: Haroldo Leon Péres.

Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações: Haroldo Leon Péres. Suplente: João Vargas de Oliveira.

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio: João Vargas de Oliveira e Haroldo Leon Péres.

Comissão de Terras, Colonização e Imigração: Haroldo Leon Péres e Suplente, João Vargas de Oliveira.

Comissão de Instrução Pública: João Vargas de Oliveira e Suplente Haroldo Leon Péres.

Comissão de Polícia: Haroldo Leon Péres e Suplente João Vargas de Oliveira.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1960.

(a) João Vargas de Oliveira — Líder.

Comunicação:

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que reassumi, nesta data, as minhas funções nesta egrégia Casa, visto ter-me exonerado do cargo de Secretário dos Negócios de Viação e Obras Públicas.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1960

(a) **Néo Martins.**

— Do sr. Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o requerimento de licença do sr. deputado Lincoln da Cunha Pereira.

— Do sr. Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o requerimento de licença do sr. deputado Eduardo Machado de Lima.

— Do sr. Anibal Curi, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 261-60.

— Do sr. Álvaro Dirceu, solicitando regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei n.º 190-60.

— Do sr. Machado de Lima, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 426-58.

— Do sr. Nilson Ribas, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 304-60.

— Do sr. Antonio Ruppel, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 312-60.

— Do sr. Zaquie de Melo, solicitando 91 dias de licença para tratar de interesses particulares.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa seja dirigido um apêlo através de um telegrama, ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos, no sentido de ser dado pronto andamento ao processo que cria a Agência dos Correios e Telégrafos na cidade de Nova Esperança, já despachado favoravelmente pelo Exmo. Sr. Ministro de Viação, e aguardando tão somente as providências indispensáveis para a sua instalação.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1960

(a) **Alvaro Dirceu Viana.**

— Do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência para votação do Projeto de Lei n.º 257-60.

— Do sr. Nicanor de Vasconcelos, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 224-59.

— Do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando dispensa de Redação Final para todos os projetos de lei aprovados em 3ª. discussão e que não sofreram emendas no decurso de suas votações.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno REQUER que se telegrafe ao Exmo. Snr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, encarecendo a necessidade premente de atualização dos níveis de salário mínimo, para o que preconiza a convocação de todas as respectivas Comissões e o estudo por parte do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho desse problema, a fim de que se tenham os elementos indispensáveis ao exame da matéria.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1960

(a) **Léo de Almeida Neves**

JUSTIFICATIVA: — A elevação constante do custo de vida está tornando cada vez mais fidedil a situação dos trabalhadores brasileiros, que se vêm a braços com problemas inúmeros ligados a sua própria subsistência.

A espiral inflacionaria que avassala o país tem provocado o aumento de preços de quase tôdas as utilidades e de gêneros de primeira necessidade, atingindo diretamente a classe operária. Deve-se ressaltar que a legislação pertinente à materia é falha, pois inclui apenas cinco itens: alimentação, transporte, vestuário, higiene e moradia. Instrução e educação, recreação e a taxa de previdência social também precisam ser incluídos no calculo, bem assim a previsão de gastos para a familia do trabalhador, conforme postula a Constituição de 18 de setembro de 1.946.

Mesmo, porém, com as deficiências da lei adjetiva, torna-se indispensável o reexame do assunto, que resultará num reajustamento dos níveis, tornando mais suportável as condições de vida da classe assalariada.

Os dirigentes sindicais de todo país estão empenhados nessa luta, para a qual não pode ficar indiferente esta Casa, dai o motivo dêste requerimento.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Viação e Obras Públicas — Departamento de Edificações, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Educandário Nossa Senhora da Glória, de Maringá, na construção de sua sede própria.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1960.

(a) Machado de Lima

JUSTIFICAÇÃO: — O Educandário Nossa Senhora da Glória, de Maringá, está empenhado na construção de sua sede própria.

Iniciativa elogiável sob todos os pontos de vista, pois, uma vez concluída a obra, receberá a mesma moças pobres ministrando-lhes, além do curso primário, outros ensinamentos de sentido doméstico.

Nestas condições, acreditamos que a presente iniciativa terá boa acolhida por parte dos senhores deputados que compõem esta colenda Casa de Leis.

Projeto de Lei nº

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Ginásio Santa Cruz, de Maringá, na construção de seu prédio próprio.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1960.

(a) Machado de Lima

JUSTIFICAÇÃO: — A iniciativa particular, no setôr do ensino primário e inisial, é por demais conhecida e tem merecido os maiores encômios por parte do Poder Público.

O Ginásio Santa Cruz, da progressista cidade de Maringá, é um dos que se tem destacado sobremaneira para dar à juventude paranaense os ensinamentos de que necessita.

Apesar dos esforços dispendidos pelos seus dignos Diretores, o referido estabelecimento de ensino não conta com acomodações suficientes e adequadas, para atender o elevado número de alunos que, anualmente, ali procuram matricular-se.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei que visa dar uma oportunidade aos jovens maringenses que estão em condições de cursar o ciclo ginasial.

Projeto de Lei nº

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Colégio Santo Inácio, de Maringá, na construção de seu prédio próprio.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1960.

(a) **Machado de Lima**

JUSTIFICAÇÃO: — O Colégio Santo Inácio, de Maringá, cujos alunos na maioria são internos e semi-internos, pretende ampliar suas instalações a fim de dar maior comodidade aos seus inúmeros pensionistas.

As suas atuais dependências necessitam urgentemente de uma reforma completa. Além disso, será necessária a construção de novos pavilhões. E o que se pretende com este plano de lei, para o qual, estamos certos não faltará o indispensável apoio dos nobres deputados que compõem esta Casa.

Projeto de Lei n.

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado à concessão de auxílio para o término do Ginásio de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) **Machado de Lima**

JUSTIFICAÇÃO: — O auxílio que pretendemos dar ao Ginásio de Maringá se destina ao término do novo edifício, obra essa já iniciada há algum tempo.

O referido estabelecimento de ensino depois de concluído, receberá alunos de diversas séries ginásiais e do científico.

Grandes serão as vantagens da criação do curso científico, evitando, desta maneira, o êxodo de jovens para outros centros onde a continuação dos estudos acarretaria despesas, muitas vezes fóra do orçamento que suas minúsculas economias.

Assim sendo, acreditamos que este projeto receberá o indispensável apoio dos ilustres membros desta Casa para a sua aprovação.

Projeto de Lei n.

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção da Escola Técnica de Comércio de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) **Machado de Lima**

JUSTIFICAÇÃO: — O auxílio que pleiteamos com este plano de lei, visa dar meios à Direção da Escola Técnica de Comércio de Maringá para que a mesma possa levar avante essa grandiosa obra qual seja, a construção de seu prédio próprio.

De todos os recantos de nosso Estado, são inúmeros os jovens que desejam cursar escolas de comércio.

Infelizmente, porém, poucas são as cidades que possuem tais cursos. Maringá não foge à regra.

O objetivo da presente iniciativa é dotar Maringá de uma Escola Técnica que esteja à altura do seu crescente progresso, e onde a juventude da região possa formar-se em técnicos em contabilidade.

Projeto de Lei n.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Instituto Educacional e Agrícola de Maringá, na construção de sua sede própria.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) Machado de Lima

JUSTIFICAÇÃO: — Os esforçados dirigentes do Instituto Educacional e Agrícola de Maringá estão empenhados na construção de seu prédio próprio, onde, depois de concluída a obra, funcionará uma escola modelo que formará técnicos em agricultura, tão necessários aquela fértil zona agrícola do Norte do Estado.

Deve, pois, o Poder Público vir em auxílio daquela entidade, cujos resultados estamos certos, serão benéficos não só para aquela zona como também às demais regiões agrícolas de nosso Estado.

Projeto de Lei n.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria do Trabalho e Assistência Social, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar o Educandário Sagrada Família de Mandaguari nos seus serviços de assistência social.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) Machado de Lima

JUSTIFICAÇÃO: — A principal finalidade do Educandário Sagrada Família, da cidade de Mandaguari, é receber moças pobres, sem família, ministrando-lhes instrução primária e religiosa.

Além disso, mantém o referido Educandário cursos especializados de arte culinária, corte de costura, etc., dando ensejo, assim, a que as mesmas adquiram aptidões suficientes para trabalharem e ganharem para o seu próprio sustento.

Em vista disso e considerando os grandes benefícios já prestados pela referida entidade, propuzemo-nos a apresentar o presente projeto de lei que, estamos certos, receberá o apoio de que necessita para a sua aprovação.

Projeto de Lei n.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado à construção de uma Casa Escolar com residência, no lugar denominado Pavão, Distrito de Agudos do Sul, Município de Tijucas do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) Ernesto Moro

JUSTIFICAÇÃO: — Na localidade denominada Pavão, situada no Distrito

de Agudos do Sul, existe uma Casa Escolar construída há mais de vinte anos, estando, atualmente, em péssimas condições, oferecendo mesmo sério perigo aos que dela são obrigados a se utilizar.

Além disso, a referida Casa Escolar não oferece os mais elementares requisitos de higiene e conforto.

Torna-se, pois imprescindível a construção de uma nova Casa Escolar o que se justifica plenamente em virtude do elevado número de crianças em idade escolar que são, aproximadamente, sessenta alunos.

Nestas condições, contamos com o beneplácito dos senhores deputados para a aprovação do presente plano de lei.

Projeto de Lei n.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n. 3160, de 8 de fevereiro de 1.960.

Art. 2.º — Aos ocupantes dos cargos isolados de Diretor, padrão "V" ou "Y" e o de Sub Diretor, padrão "T", e que sejam portadores de diplomas de curso superior, ficam assegurados os vencimentos equivalentes aos de Promotor Público de 4.ª entrância.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) **Antônio Ferreira Ruppel**

Projeto de Lei n.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica criada, para funcionar no próximo ano letivo, o Curso Colegial, no Ginásio Estadual de Nova Esperança, que passará a denominar-se Colégio Estadual de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) **Alvaro Dirceu Viana**

JUSTIFICAÇÃO: — Possui a sede do Município de Nova Esperança elevado número de jovens já com o curso ginásial concluído ou por concluir.

Esses jovens se vêm, no momento, na situação incômoda de não poderem continuar seus estudos de grau médio, 2.º ciclo, em virtude de não contar o estabelecimento de ensino estadual de Nova Esperança com o curso colegial, clássico e científico. Daí a alternativa que estão submetidos: ou estacionam em seus estudos, ou vão prosseguí-los em outros centros, quasi sempre muito distantes da cidade de Nova Esperança. Tal situação, é bem de ver, não pode mais perdurar. Urge que se tome urgentes medidas para pôr termo a êsse estado de coisas, indo ao encontro das justas reivindicações da classe estudantil daquela próspera cidade do norte paranaense.

Daí a razão do presente projeto de lei, que há de merecer, temos certeza, o apoio-integral dos nobres senhores Deputados.

Projeto de Lei n.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta :

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) a João Ekermann.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá a conta da verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) **Waldemar Daros**

JUSTIFICAÇÃO: — O benefício, além de ser pobre, está impossibilitado de

exercer qualquer atividade para poder manter a sua subsistência e a de seus familiares, em consequência do sério traumatismo que sofreu na face a que culminou, lamentavelmente, com a perda completa de sua visão, como se infere do atestado médico incluso.

Assim, nada mais justo que esta egrégia Assembléa, a exemplo do que já tem feito em casos semelhantes, conceda ao Sr. João Ekermann o benefício que o presente plano de lei objetiva.

Projeto de Lei n.

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Decretã:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros, destinado a ocorrer despesas com a construção de um Grupo Escolar de alvenaria, com oito salas, no Distrito de Ventania, Município de Tibagi.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1960.

(a) João Vargas de Oliveira

JUSTIFICAÇÃO: — Possui a sede do Distrito de Ventania aproximadamente trezentas crianças em idade escolar. Apesar disso, existe apenas uma Casa Escolar de madeira que, além de não oferecer conforto e segurança aos alunos, muitos deles deixam de frequentá-la por falta de espaço e de mais salas, onde outras professoras pudessem lecionar.

A sede do Distrito carrega para os cofres do Governo elevadas quantias, pois, possui muitas casas comerciais e algumas indústrias, contando, outrossim, com uma população rural laboriosa e ordeira, que vem contribuindo sobremaneira para o progresso e grandeza do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Continua a Hora do Expediente. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra na Hora do Expediente, passa-se à **ORDEM DO DIA**

com a presença de 24 srs. Deputados.

Projetos de lei de autoria dos srs. deputados Machado de Lima e Antonio Ruppel. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Vão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Ernesto Moro. Necessita de apoio. **Apoiado.** Vai à Comissão competente.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Waldemar Daros. Necessita de apoio. **Apoiado.** Vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria dos srs. deputados Alvaro Dirceu e João Vargas de Oliveira. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Vão à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dirceu. Em votação. **Aprovado.** Será expedido o telegrama.

Requerimento de autoria do sr. deputado Anibal Curi, pedindo regime de urgência para o projeto de lei 261/60. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Ruppel, requerendo regime de urgência para o projeto de lei 426/58. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Ribas, solicitando regime de urgência para o projeto de lei 340/60. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Ruppel, requerendo regime de urgência para o projeto de lei 312/60. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Nicanor de Vasconcelos, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 224/59. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o requerimento do sr. deputado Machado de Lima. **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando preferência de votação para o requerimento do sr. deputado Lincoln da Cunha Pereira.

Requerimento do sr. deputado Alvarc Dirceu, solicitando regime de urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei n. 190/60. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Agostinho Rodrigues, solicitando dispensa de redação final para todos os projetos de lei aprovados em 3.ª discussão e que não sofreram emendas no decurso de suas votações. — **Aprovado.**

Requerimento do sr. deputado Zaqueu de Melo, solicitando 31 dias de licença para tratar de interesses particulares. — Será votado na sessão de amanhã.

Comunicação do sr. líder da União Democrática Nacional. — Será devidamente encaminhada.

Comunicação do sr. deputado Néo Martins, comunicando que reassume a sua Cadeira, nesta egrégia Casa de Leis. — Será encaminhada.

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme boletins avulsos.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 34.60, veto aposto ao projeto de Lei n.º 140.60, de autoria do Dep. Antônio Ruppel, aproveita como interinos, no cargo inicial das carreiras de médico, dentista e farmacêutico, do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado, e serão submetidos dentro de 90 (noventa), dias a concurso de títulos os atuais ocupantes de funções de médico, dentista e farmacêutico, da tabela de extranumerrio, com mais de dois (2) anos de serviço. Sem pareceres. — **Encerrada a discussão.**

O sr. 1.º Secretário irá proceder à chamada nominal dos srs. Deputados para a votação secreta.

(O sr. 1.º Secretário procede à chamada)

Responderam à chamada 25 srs. Deputados. Convido os srs. deputados Antonio Ruppel, Antonio Annibelli, e Waldemar Daros para constituírem a Comissão escrutinadora.

(A Comissão designada procede ao escrutínio)

O resultado da votação foi o seguinte: 25 srs. Deputados votaram. 21 srs. Deputados votaram com a cédula "sim", 4 srs. Deputados votaram com a cédula "não". — **Aprovado o projeto e rejeitado o veto.**

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 257-60, de autoria do sr. deputado Agostinho Rodrigues, que visa criar, no Quadro Geral da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, cargos isolados, de provimento efetivo, de Assessor Jurídico, e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO — do Dep. Eduardo Machado Lima, de licença para tratamento de saúde por 95 (noventa e cinco) dias. Em votação. — **Aprovado.** Em consequência é convocado o suplente da bancada do Partido D. Cristão.

VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO — do Dep. Lincoln da Cunha Pereira, de licença para tratamento de saúde, por 91 (noventa e um) dias. — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, temos conhecimento de que se encontra nesta Casa o suplente Raphael Kulisky. Por este motivo solicito, sr. Presidente, que V. Excia. designe uma comissão para introduzi-lo no recinto podendo, desta maneira, S. Excia. tomar parte na votação da matéria da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Convido os srs. deputados Antônio Annibelli, Élio Dias e Antônio Ruppel, para trazerem ao plenário o deputado Raphael Kulisky a fim de que possa prestar o compromisso legal.

(É introduzido no recinto o sr. Raphael Kulisky e lê o compromisso legal).

VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 292-58 que autoriza o Poder Executivo a abrir à S.T.A.S., o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, destinado a auxiliar a Sociedade Beneficente e Recreativa “Vila Lindóia”, com sede em Curitiba. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 258-58, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 1.000,00, a Narcisca Soares Guerra. — **Aprovada.**

VOTAÇÃO EM 4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 425-59, de autoria do Dep. Jorge Maia, que dispõe sobre a criação da Vara na Comarca de Apucarana, e dá outras providências. Sem pareceres. (Com EMENDAS de 3a. DISCUSSÃO). Em votação a emenda n.º 3. — **Aprovada.** Em votação a emenda n.º 5. — **Aprovada.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 690-59, de autoria do Dep. Aníbal Curi, dispondo que o imposto de Transmissão “Inter-Vivos” será cobrado, até 180 dias a contar da data da publicação desta Lei, pelo valor constante o respectivo contrato, nas compras e vendas de imóveis que se realizam em cumprimento a compromissos de compra e venda devidamente inscritos nos registros competentes. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 797-59, de autoria do Dep. Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a auxiliar a Ação Social Diocesana de Ponta Grossa, na construção da sede própria. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30-60, de autoria do Dep. Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo a abrir, à S.E., um crédito especial de Cr\$ 750.000,00, destinado a auxiliar a Federação das Congregações Marianas na realização dos “Jogos Marianos de Ponta Grossa”. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119-60, de autoria do Dep. Aníbal Curi, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, à Legião Brasileira de Assistência, Seção do Paraná, para prosseguimento de sua programação de Assistência Social. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 444-59, de autoria do Dep. Aníbal Curi, que eleva, de 3a. para 4a. entrância a Comarca de União da Vitória. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 800-59, de autoria do Dep. Nêo Martins, que concede à Associação dos Professores do Paraná um auxílio de Cr\$ 800.000,00, destinado ao pagamento de dívidas ao Banco do Paraná S/A. e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163-60, de autoria do Dep. João Simões, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Teatro Guaíra, um crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado a atender despesas com a manutenção. Sem pareceres. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82-59, de autoria do Dep. Colombino Grassano, que autoriza o Poder Executivo a conceder à Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, uma subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00, a título de auxílio para consecução de seus fins. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7-60, de autoria do Dep. Mário de Barros, que autoriza o Poder Executivo a abrir, à S.S.P., crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado a concessão de auxílio a Federação Interestadual dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casa de Saúde na realização do Congresso dos Enfermeiros. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 406-59, de au-

toria de Dep. Emílio Carazzai, que eleva de 3a. para 4a. entrância a Comarca de Cornélio Procópio. Sem pareceres. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 401.59, de autoria do Dep. Elío Duarte Dias, assegura aos Peritos Criminalísticos das classes “Q”, “R”, “S” e “T”, do Laboratório de Polícia Técnica do Estado, da Chefatura de Polícia, constante da Tabela II, da Parte Permanente do Quadro Geral do Funcionalismo Público Civil do Estado os direitos e vencimentos dos Delegados de 1a., 2a., 3a. e 4a. classes, respectivamente. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.O.. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 341.59, Mensagem Governamental n.º 45-59, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 2.000,00, ao Professor Remo Persis. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59-60, Mensagem Governamental n.º 3-60, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 2.571.000,00, à Secretaria de Saúde Pública, destinado a atender a despesa com o convênio firmado com a União, para combate à lepra. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6-60, de autoria do Dep. José Vaz de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a abrir, à Secretaria da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Monte Castelo, na compra de uma motoniveladora. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 749-59, de autoria do Dep. Machado de Lima, que estadualiza a estrada que liga a sede do Município de Campo Mourão ao Distrito de Campina da Lagoa. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35-60, de autoria do Dep. Aníbal Curi, que transforma em Cargos Isolados de provimento efetivo os cargos de carreira dos quais são ocupantes os Fotógrafos do Departamento de Turismo e Divulgação, e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 824-59, de autoria do Dep. Néo Martins, que dispõe sobre suplementação de vencimentos dos Professores em Estabelecimentos de Ensino Superior não oficiais, que tenham reconhecimento definitivo, e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 754-59, de autoria do Dep. Ernesto Moro, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Departamento de Edificações, da S.V.O.P., um crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à construção de uma Casa Escolar na Colônia do Carambé, município de Castro. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 440-59, de autoria do Dep. Ru: Gândara, que eleva, de 2a. para 3a. entrância, a Comarca de Wenceslau Braz, mantendo o atuais Distritos Judiciários. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 404-59, de autoria do Dep. José Vaz de Carvalho, que eleva de 3a. para 4a. entrância a Comarca de Paranavaí, e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-60, Mensagem Governamental n.º 10-60, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 240.000,00, ao Departamento Estadual de Compras, destinado a atender despesas de “Exercícios Findos”. Sem pareceres. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131-60, de autoria do Dep. Aníbal Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Institu-

to Brasileiro do Café, terreno de propriedade do Estado, situado na cidade de Paranaguá. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 843-59, de autoria do Dep. Nivaldo de Oliveira, dispensa das multas regulamentares, durante o prazo de noventa dias, os débitos de origem fiscal, inscritos na dívida ativa, ajuizados ou não, exceto os julgados em segunda instância, e dá outras providências. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138-60, Mensagem Governamental n.º 15-60, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, à S.V.O.P., para atender despesas com a construção de um prédio de alvenaria para instalação do Ginásio Estadual de Quatiguá. Sem pareceres. (Em regime de urgência).

O SR. WALDEMAR DAROS — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Procede à verificação). 11 srs. Deputados aprovam; 8 rejeitam; uma abstenção. Não há “quorum” para a votação.

O SR. NÉO MARTINS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada dezoito srs. Deputados. Não há “quorum” para a votação.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 691-59, de autoria do Dep. José Vaz de Carvalho, concedendo uma pensão mensal de Cr\$ 2.000,00, a Josefa Arancheski Paquet, filha viúva de Antônio Arancheski, participante do cerco da Lapa, na Revolução de 1894. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Encerrada a discussão.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55-58, Mensagem Governamental n.º 9-58, projeto de Lei, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar, expedindo o título definitivo de domínio pleno, em favor da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, a área que especifica. Sem pareceres. (Em regime de urgência). — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Votação do requerimento do sr. deputado Zaqueu de Mello, de licença para tratamento de interesses particulares, por 91 dias.

Votação em 2a. discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 136|60; 792|59;

Votação em 1a. discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 111|60; 95|60; 178|58; 350|59; 150|60; 317|59; 229|60; 462|59; 757|58; 216|60; 704|59, 46|60, 94|60, 697|58, 677|59; 155|60; 233|60; 691|59; 55|58; 470|58; 532|58;

3a. discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 754|59; 440|59; 404|59; 114|50; 131|60; 843|59;

2a. discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 257|60, 353|59;

1a. discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 36|60; 215|60; 135|60; 18|60; 3|60; 137|60.

Levanta-se a sessão.